



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679858 - RS (2021/0217966-0)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : ROBINSON MATOS DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ROBINSON MATOS DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Apelação Criminal n. 0301663-37.2019.8.21.7000).

O paciente foi condenado às penas de 5 anos de reclusão no regime inicialmente fechado e de 500 dias-multa, pela prática do delito do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, por ter sido flagrado na posse de 42g de maconha.

Neste *writ*, o impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal porque não houve fundamentação idônea para o estabelecimento do regime mais gravoso.

Alega que o paciente é primário e as circunstâncias judiciais foram todas consideradas favoráveis, sendo devido o estabelecimento do regime semiaberto.

Requer liminarmente o deferimento do direito de aguardar o julgamento do *writ* em liberdade. No mérito, pleiteia a concessão da ordem de *habeas corpus* para que seja abrandado o regime prisional imposto ao paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente